

CRESCIMENTO CAPITALISTA AUMENTA SUBMISSÃO DO BRASIL AO CAPITAL ESTRANGEIRO

Lula Falcão

O artigo foi escrito em 2012 por Lula Falcão, redator chefe do Jornal A VERDADE e membro do Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário – PCR.



Em meio à profunda crise em que se encontra o sistema capitalista mundial e que se arrasta desde setembro de 2008, alguns países, mais precisamente a China, a Índia, a Rússia e o Brasil, o chamado Brics, têm obtido índices de crescimento econômico considerados elevados para os padrões capitalistas. No caso do Brasil, este crescimento, embora com altos e baixos, levou o país a se tornar a sétima economia do mundo e a ultrapassar a Itália, atolada na crise econômica e moral¹.

Com a eleição de Lula (PT) para a presidência do Brasil em 2002 e sua decisão de não realizar nenhuma ruptura com o sistema imperialista nem

reestatizar as estatais privatizadas e ainda garantir os privilégios ao grande capital financeiro e livre ação para os monopólios internacionais na economia brasileira, a grande mídia internacional passou a exaltar a economia brasileira como a mais nova maravilha do mundo.

Mas, como nem tudo o que reluz é ouro e quase tudo que os meios de comunicação burgueses afirmam é mentira, não há nenhum mar de rosas na economia brasileira.

Porém, nesse contexto de propaganda favorável e com a expansão de grandes empresas brasileiras na América Latina, realizando obras e adquirindo outras empresas, movimento esse apoiado e financiado pelo governo brasileiro, alguns setores passaram a criticar o expansionismo brasileiro e a temerem um novo imperialismo na região.

Alguns governos latino-americanos têm, inclusive, atuado no sentido de frear esse avanço. Na Argentina, o governo da província de Mendoza suspendeu um projeto de exploração de potássio da mineradora Vale e, no Peru, permanece cancelada a construção da hidrelétrica de Inambari, obra da construtora OAS e das estatais Furnas e Eletrobras.

A tese de um novo imperialismo, em si não tem nada de absurdo. De fato, na época do parasitismo e da decomposição do imperialismo capitalista e durante as crises, devido à lei do desenvolvimento desigual, enquanto a maioria dos países permanece estagnada, é possível ocorrer um certo crescimento em alguns ramos da economia e em alguns países². Trata-se de um crescimento que aprofunda a desigualdade entre os países e entre os variados setores da economia, como afirma Lênin: “Certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade quer uma, quer outra dessas tendências. (*Obras Completas*, tomo 27, pp.444)

É o que vemos na atual crise: enquanto a União Europeia e os Estados Unidos têm suas economias cada vez mais mergulhadas na crise, a China, apesar de sinais de desaceleração, mantém uma taxa de crescimento anual entre 9 e 10%.

A história do imperialismo capitalista ao longo do século 20 é rica de exemplos nesse sentido. Com efeito, nas primeiras décadas do século passado, a Inglaterra ditava todas as regras da economia mundial. Após a Primeira Guerra, a Alemanha voltou a crescer e exigiu uma nova divisão do mundo. Os EUA também tiveram um grande desenvolvimento econômico e passaram a ocupar um lugar de destaque na economia mundial. Uma nova correlação de

forças surgiu e uma nova Guerra Mundial aconteceu para redefinir as áreas de influência das potências imperialistas.

Hoje, na primeira década do século 21, a China tornou-se uma grande potência na economia capitalista e disputa com os EUA e outros países imperialistas o controle sobre importantes mercados no mundo, inclusive na América Latina. Na realidade, podemos afirmar que a atual vantagem dos EUA na economia mundial é mantida exclusivamente a ferro e fogo, ou, para ser mais preciso, devido ao monopólio do dólar, ao controle de órgãos como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, as guerras imperialistas e suas poderosas armas nucleares.

Entretanto, uma análise mais profunda da economia brasileira revela que o atual surto de crescimento econômico do país, além de inconstante e de beneficiar principalmente as classes ricas, não rompe as cadeias que o prendem ao sistema imperialista mundial, mas torna o país ainda mais submisso a esse sistema. Dito de outro modo, o crescimento da economia nos últimos dez anos não alterou a subordinação do Brasil ao grande capital financeiro internacional nem diminuiu o domínio dos monopólios internacionais sobre a economia. Pelo contrário, ocorreu um impressionante processo de desnacionalização e até de desindustrialização da economia brasileira.

De fato, o alardeado crescimento da economia brasileira tem sua principal base na exportação de matérias-primas, principalmente produtos agrícolas e minérios e não em produtos industriais e de tecnologia e na ampliação do mercado interno, graças a um enorme endividamento da população e do Estado.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, até agosto de 2011 as exportações de produtos básicos representaram 44,27% (US\$ 55,822 bilhões) das exportações brasileiras, enquanto as vendas externas de manufaturas foram somente 39,74% (US\$ 50,100 bilhões). A involução é clara: pela primeira vez desde 1978, a exportação de produtos básicos (commodities) superou a exportação de manufaturas³.

Soja (grão, farelo e óleo), carnes, açúcar e etanol, produtos florestais e o café representam 81,2% da exportação agrícola do Brasil. No entanto, apesar de ser um grande produtor e exportador de alimentos, o Brasil importa 65% de suas necessidades de adubos. Entre as manufaturas, os automóveis, em sua totalidade produzidos por empresas multinacionais dos EUA, da Alemanha, da Itália e da França, são 2,22% do total das exportações. Já o minério de ferro representa 12,63% das exportações, e o petróleo 7,92%. Além do minério de ferro, o Brasil é também o maior produtor mundial de nióbio e manganês.

Além desse crescimento baseado nas exportações de bens primários, de matérias-primas, se verifica também um processo de desindustrialização.

Nos anos de 1980, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) era de 33%; hoje, não passa de 16%. Já a relação manufaturas-exportação, que chegou a 59% nesse mesmo período, estacionou em 40%.

Outra comprovação da desindustrialização da economia brasileira é revelada no aumento do déficit industrial do país. Entre 2005 e 2010, o déficit de bens industriais passou de um valor positivo de US\$ 31 bilhões para US\$ 34 bilhões de valor negativo. No total, o déficit no comércio exterior de bens industriais alcançou US\$ 65 bilhões. Vale dizer ainda que este déficit da indústria ocorre em setores de alta e média intensidade tecnológica, tais como indústria farmacêutica, bens de consumo, componentes eletrônicos, equipamentos de informática e escritório e instrumentos de precisão (*Luiz Gonzaga Belluzo e Júlio de G. de Almeida, Carta Capital, 22/06/2011*).

Apenas a indústria aeronáutica teve superávit devido à Embraer. No entanto, é bom lembrar que a Embraer não é exatamente uma empresa brasileira. Privatizada em 1994, por apenas R\$ 154 milhões, a Embraer é controlada pelo Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ – (14,2% das ações), pelo BNDES (5%), o Governo, (0,3%) e o banco Bozano (10,4%). Porém, 70% das ações da Embraer estão com investidores da Bolsa de Valores de Nova York (Nyse na sigla em inglês), e com três fundos de investimentos norte-americanos (Janus Capital Management, Oppenheimer e Thornburg Investments).

A desindustrialização da economia brasileira é tão grande que o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante, afirmou que o Brasil vende 1,7 mil toneladas de soja ou 21,5 mil toneladas de minério de ferro para poder comprar apenas uma tonelada de semicondutores da China (*Retrato do Brasil, nº 46*).

Tal fenômeno levou alguns economistas da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal), a denominarem esse processo de “reprimarização” da economia, isto é, retorno ao modelo que caracterizou a exploração do Brasil e demais países latino-americanos durante o período colonial.

O professor de economia da Unicamp, Wilson Cano, autor de várias obras sobre a economia brasileira e latino-americana, resumiu assim essa situação: “Estamos cantando com a música chinesa. Cantando por exportar galinha e soja e minério de ferro. Mas isso nunca deu futuro a ninguém. As lideranças aceitam

que é muito bom ficar exportando essas coisas, mas esquecem que é uma regressão industrial”. (Wilson Cano, *Folha de São Paulo*, 12/06/2011).

Enfim, o Brasil exporta cada vez mais matérias-primas e importa produtos industriais. Sem dúvida, não temos aqui nenhuma característica de um país imperialista.

A subordinação do Brasil ao capital financeiro internacional



“O imperialismo é um sistema mundial de domínio e opressão, no qual o capital financeiro submete o mundo inteiro.” (J. Stálin, *Fundamentos do Leninismo*, Edições Manoel Lisboa).

Apesar de ser a sétima economia mundial, o Brasil continua religiosamente remunerando o capital financeiro com altas taxas de juros (as maiores do mundo) e destinando anualmente cerca de 40% de tudo o que arrecada para pagar os rendimentos dos especuladores, donos dos títulos das dívidas interna e externa. Continua também privatizando e desnacionalizando suas empresas, permitindo livre circulação desse capital no país, sendo um dos países do qual as filiais das multinacionais mais remetem lucros para suas matrizes, e, cumprindo com zelo o papel de país fornecedor de matérias-primas e importador de produtos industriais. Ou seja, o Brasil é, sem dúvida, um dos países que está submetido a esse domínio mundial do capital financeiro. Provas não faltam.

O Brasil possui 352 bilhões de dólares em reservas internacionais aplicadas principalmente em títulos da dívida norte-americana. Diferente do que se apregoa, essas reservas, além de só serem suficientes para cobrir 60% das necessidades do País, não é prova de vitalidade da economia brasileira, mas antes um atestado claro da submissão ao sistema imperialista. Vejamos. Os juros pagos pelo governo dos EUA pelos títulos de sua dívida são apenas 0,4%; logo, essa aplicação nada rende ao Brasil, embora seja de grande importância para os EUA manterem seus gastos com guerras e subsidiarem seus bancos e monopólios quebrados. Ademais, para comprar esses dólares, as reservas, o Brasil vendeu títulos da sua dívida pública que são remunerados com taxas de juros de 11,5% ao ano, a taxa Selic, fixada pelo Banco Central. Assim, com as reservas aplicadas em títulos norte-americanos, o país perde nada menos que 40 bilhões de dólares por ano, o equivalente a mais da metade do orçamento da Saúde.

Não bastasse, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu junto aos demais países do Brics, comprar títulos da dívida dos países europeus: “A gente vai se reunir em Washington e vai discutir como fazer para ajudar a União Europeia a sair dessa situação”. (*Reuters*, 13/09/11). Lembremos que, em outubro de 2009, o Brasil retirou US\$ 10 bilhões para emprestar ao falido FMI e participar do esforço mundial para salvar bancos e monopólios internacionais falidos. Lembremos ainda que para garantir este ano o pagamento de juros a este seleto grupo de parasitas, o governo cortou R\$ 50 bilhões do Orçamento, isto é, cortou investimentos das áreas sociais.

Não há prova maior da subordinação e total dependência aos atuais países imperialistas do que socorrê-los à custa da miséria do seu próprio país.

A desnacionalização da economia brasileira

Dívida e remessa de lucros



Um importante aspecto da dominação do capital financeiro internacional sobre as nações são as dívidas externa e interna.

Pois bem, segundo a professora Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, o endividamento brasileiro está hoje em cerca de R\$ 3 trilhões e, em 2010, consumiu 44,93% dos recursos do Orçamento da União, um dinheiro que deixa de ser investido em saúde, habitação e educação para garantir renda aos banqueiros. De fato, dados do próprio Banco Central revelam que os bancos nacionais e estrangeiros e os fundos de investimentos são donos de 76% dos títulos da dívida interna. Por sua vez, a dívida externa, além de não ter acabado, teve um aumento de 43%, 2009 para 2011, e atingiu US\$ 284,1 bilhões.

Também indicador do grau de dependência do Brasil frente ao sistema financeiro internacional é o crescimento das remessas de lucros para o exterior.

Em 2010, o Brasil remeteu de lucros para o exterior 30 bilhões de dólares. Em 2009, foram US\$ 25,21 bilhões, e um terço desse valor, US\$ 7,45 bilhões vieram de lucro com aplicações financeiras. Nos últimos doze meses, de julho de 2010 a julho de 2011, as remessas de lucros atingiram o montante de US\$ 34,95 bilhões.

Assim, ao mesmo tempo, que o país cresce sua economia, cresce também a remessa de lucros para o exterior, comprovando o quanto é grande o domínio dos monopólios internacionais sobre a economia nacional.

De acordo com dados da Conferencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad, sigla em inglês), o Brasil é o 5º maior destino de investimentos estrangeiros do mundo. Porém, além do capital investido em especulação, os outros setores que mais recebem este capital são o extrativismo mineral e de serviços e a aquisição de empresas.

A desnacionalização da economia brasileira é ainda evidenciada quando se observa que das 50 maiores empresas brasileiras, 26 são estrangeiras. Na realidade, mais da metade das empresas brasileiras de setores de ponta como automobilístico, aeronáutica, eletro-eletrônico, informática, farmacêutico, telecomunicações, agronegócio e minérios estão nas mãos do capital estrangeiro. Ainda segundo o Censo do Capital estrangeiro no Brasil, o capital estrangeiro está presente em 17.605 empresas brasileiras que respondem por 63% do Produto Interno Bruto (PIB), e tem o controle de 36% do setor bancário e possui 25% das ações do Bradesco e 20% das ações do Banco do Brasil. (Nazareno Cordeiro, Instituto LatinoAmericano de Estudos SócioEconomicos).

Ilusão de classe

Para atenuar esse domínio dos monopólios internacionais sobre a economia nacional, o governo do PT decidiu formar “multinacionais verde-amarelas”. Os grupos burgueses escolhidos foram aqueles que possuem um alto grau de influência no governo e que generosamente financiaram o PT e seus aliados nas eleições.

Para formar essas multinacionais, o Estado, além de financiar a fusão das empresas, se torna sócio do projeto e articula os fundos de pensão estatais para fazerem o mesmo. Em outras palavras, o Estado atua como um verdadeiro comitê executivo da classe capitalista. Não se trata de algo novo, o mesmo foi e é feito por todos os governos capitalistas, da China aos EUA. Lembremos que na atual crise, os Estados retiraram mais de US\$ 30 trilhões dos cofres públicos para socorrer bancos e monopólios privados da quebra.

O resultado de tal política foi a formação e o fortalecimento de alguns monopólios privados em setores como a telefonia, aviação civil, frigoríficos, bebidas e etanol.

Um desses monopólios verde-amarelos criados foi a empresa de telefonia Oi. O objetivo anunciado era competir dentro e fora do país com as multinacionais da Espanha, Portugal e Itália, que assumiram o controle da

telefonia no país após a privatização. Para tanto, o governo mudou a legislação existente e liberou financiamentos públicos a juros baixíssimos. Em 25 de abril de 2008, nasceu a nova Oi, união da Brasil Telecom com a Oi, a supertele verde-amarela, de propriedade dos empresários Carlos Jereissati e Sérgio Andrade e com 43,4 milhões de clientes. Para tal empreitada, a nova Oi, recebeu do BNDES R\$ 2,5 bilhões para viabilizar o negócio e R\$ 5 bilhões para financiar os investimentos da nova companhia.

Porém, como a burguesia “há muito jogou fora a bandeira da independência” e “vende os direitos e a independência da nação por dólares”⁴, após dois anos, a Portugal Telecom adquiriu o controle da empresa brasileira comprando 22,4% das ações. (*Carta Capital*, 4/8/2011)

Outro caso de multinacional verde-amarela foi a Ambev. Em 1999, a Brahma e a Antarctica, anunciaram o nascimento da AmBev, uma gigante brasileira no setor de bebidas que começa faturando 10,3 bilhões por ano. A nova empresa chegou ao mercado como a terceira maior do mundo em produção de cerveja e dominando 70% do mercado brasileiro. Essa multinacional ‘brasileira’ começou comprando outras empresas na América Latina, como a Quilmes, maior cervejaria Argentina, em 2002. Porém, em março de 2004, após várias trocas de ações e ativos entre a Ambev e a belga Interbrew, a multinacional Interbrew anunciou que era acionista majoritário da cervejaria brasileira, com 71% do capital votante e 51,6% do capital total.

Nova “traição nacional” financiada pelo governo e, mais uma vez, o sonho de construir uma economia nacional soberana com a grande burguesia nacional vai por água abaixo.

Os novos bandidos do etanol

No caso do etanol, a situação não é diferente. Incentivadas pelo governo, várias empresas estrangeiras se associaram a usinas nacionais para aumentar a produção de etanol do país e exportar para atender a demanda dos EUA por álcool.

Hoje, 400 usinas, grande parte delas em mãos do capital estrangeiro, controlam praticamente toda a produção nacional de etanol e agem como um cartel. Como ficou claro com o preço do álcool disparando este ano mesmo em plena safra da cana.

De acordo com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o capital estrangeiro é dono de mais de 30% milhões de hectares no país para produzir cana de açúcar, gado e soja. Apenas no setor sucroalcooleiro, as multinacionais detêm 33% de todas as terras e usinas. (*Carta Capital*, 3/08/11).

Também a Petrobras, devido à lei 9478 de 1997, que quebrou o monopólio estatal do petróleo, tem hoje 51% de seu capital sob controle privado, e 35% desse capital é estrangeiro. Isso sem contar que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Ministério das Minas de Energia seguem com a política de realizar leilões do nosso petróleo para as companhias petroleiras internacionais.

Para aumentar a participação do capital estrangeiro no país, o Governo Federal enviou para a aprovação do Congresso Nacional no dia 20 de abril, uma medida provisória (MP) que permite o aumento dos atuais 20% para até 49% de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras e decidiu privatizar os aeroportos e os portos até o final do ano.



A superexploração do trabalhador brasileiro

Em contraste com essa situação, temos a superexploração dos trabalhadores e grande parte da população vivendo na pobreza. Apesar do crescimento do emprego no país, o salário mínimo que deveria ser, de acordo com o Dieese R\$ 2.279,00⁵ é de apenas R\$ 545,00, o equivalente a 297,81 dólares. É um salário menor do que o pago na Argentina (US\$ 475), Chile (US\$ 372) e Paraguai (US\$ 410). Além disso, o trabalhador brasileiro tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo quando se comparam os custos com salários no Brasil com os de outros países, como mostra a tabela abaixo.

Para atenuar a miséria crescente do povo, o governo brasileiro vem desenvolvendo desde 2004, o programa Bolsa Família, que garante as famílias que têm condições mínimas de renda uma ajuda financeira mensal. Atualmente, 13 milhões de famílias, cerca de 70 milhões de pessoas, são atendidas pelo

programa, que se destina a lares com renda per capita de até R\$ 140 – consideradas famílias em situação de extrema pobreza. Atualmente, cada beneficiário pode receber de R\$ 32 a 306 reais por mês. Em 2004, eram 5,5 milhões de famílias atendidas. Portanto, em vez de diminuir, cresce o número de famílias que por não terem trabalho e salário digno necessitam de uma bolsa do governo para não passar fome.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 16,2 milhões de brasileiros vivendo em situação de miséria, 8% da população. Destes, 11,4 milhões têm renda de R\$ 1 a R\$ 70 (US\$ 40) e 4,8 milhões não têm nenhum rendimento. Ademais, 79 milhões de pessoas se mantêm com renda familiar abaixo de R\$ 1.020 (US\$ 600) e 38% dos jovens vivem em situação de extrema pobreza; 50% da população não têm esgoto e 80 milhões vivem com remuneração abaixo de 700 dólares. Sete milhões de famílias não têm teto para morar e, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil, em pleno século XXI, possui 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão.

Ao mesmo tempo, um minúsculo grupo de pessoas, donas dos principais monopólios industriais, comerciais e dos bancos, não para de enriquecer. Na primeira década do século 21, o faturamento das 200 maiores empresas brasileiras subiu 534% entre 2000 e 2010, alcançando uma receita bruta de R\$ 587,9 bilhões (US\$ 270 bilhões).

Como vemos, o crescimento econômico brasileiro recente segue inteiramente preso às cadeias do imperialismo mundial e subordinado ao capital financeiro internacional, e aprofunda a contradição entre uma minoria de ricos e a imensa maioria de trabalhadores brasileiros que sofrem com salários baixos e péssimas condições de trabalho.

Tal análise confirma a tese leninista de que não é possível opor-se ao capitalismo apenas com reformas; é necessário modificar as bases do sistema, substituir o sistema por outro que seja oposto a este, isto é, que em vez de se basear na propriedade privada dos meios de produção, se baseie na propriedade coletiva dos meios de produção.

Lula Falcão, membro do Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário do Brasil

Olho:

“O crescimento da economia nos últimos dez anos não alterou a subordinação do Brasil ao grande capital financeiro internacional nem diminuiu o domínio dos monopólios internacionais sobre a economia.”

Notas:

¹Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2008, a economia brasileira cresceu 5,2%. Em 2009, o crescimento foi negativo, -0,6%, e em 2010, 7,5%.

Para 2011, o Banco Central do Brasil prevê um crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Já a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil é de 3,8%. Um crescimento menor que o previsto para outros países da América do Sul, visto o FMI que projeta um crescimento de 8% para a Argentina, 4,9% para a Colômbia e 6,5% para o Chile. Para a China, o FMI prevê um crescimento de 9,6%.

²“A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo” (Lênin. *Sob a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa*).

³Manufaturar é produzir produtos industrializados a partir da matéria-prima. Por exemplo, do algodão, se produz a calça jeans. Da borracha, se produzem os pneus. Geralmente os países ricos compram a matéria-prima dos países pobres e depois de manufaturada, revendem o produto acabado para o mesmo país e para outros.

⁴J. Stálin. Discurso ao 19º Congresso do PCUS. 1953: “Antes, a burguesia se considerava a parte dirigente da nação, defendia os direitos e a independência da nação, colocando-se ‘acima de tudo’. Atualmente, não resta nem o mais leve vestígio do ‘princípio nacional’. No presente, a burguesia vende os direitos e a independência da nação por dólares. A bandeira da independência e da soberania nacional foi atirada fora. Não há dúvida de que essa bandeira terá de ser erguida por vós, representantes dos partidos comunistas e democráticos, e levada para adiante, se quiserdes ser patriotas de vossos países, se quiserdes ser a força dirigente da nação. Ninguém mais a pode erguer.”.(*Stálin, discurso ao 19º Congresso da PCUS*)

⁵ O salário mínimo do trabalhador brasileiro deveria ser de R\$ 2.278,77 em agosto, segundo projeção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Este valor é 4,18 vezes o piso hoje em vigor, de R\$ 545. Para o cálculo do salário mínimo, o Dieese leva em conta o montante necessário para o trabalhador e sua família suprirem as despesas com

alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência

Remessas de lucros do para o exterior – 2003-2011

2003 – 6,4 bilhões

2004 – 8,2 bilhões

2005 – 10,6 bilhões

2006 – 16,3 bilhões

2007 – 21,2 bilhões

2008 – 33,8 bilhões

2009 – 25,21 bilhões

2010 – 30,4 bilhões

2011 – 37 bilhões*

*Estimativa

Fonte: Banco Central do Brasil

[Read this article in English – Capitalist growth increases submission of Brazil to foreign capital](#)